

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Matrincha Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Matrincha Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Matrincha Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 05 de fevereiro de 2026.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pia Leocádia de Avellar Peralta'.

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC RJ-101080/O

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024		Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	38.985	94.290	Fornecedores		3.671	1.170
Concessionários e permissionários	9	30.510	33.041	Empréstimos e financiamentos	14	57.140	55.530
Serviços em Curso		2.445	1.160	Debêntures	15	39.894	36.945
Impostos a recuperar		4.050	4.936	Salários e encargos		1.792	1.606
Estoque	11	39.186	28.567	Impostos e contribuições sociais		3.033	3.126
Despesas antecipadas		1.852	824	IRPJ e CSLL a recolher		976	2.286
Caixa Restrito	10	4.197	5.108	Dividendos a pagar		34.258	28.663
Outros ativos		9.205	7.982	Passivos financeiros setoriais		4.593	3.727
Total do ativo circulante		130.430	175.908	Outros passivos		869	2.350
				Total do passivo circulante		146.226	135.403
Não circulante				Não circulante			
Caixa Restrito	10	43.368	50.567	Exigível a longo prazo			
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	17	15.751	13.049	Empréstimos e financiamentos	14	133.636	184.903
Ativo imobilizado	12	1.720.169	1.781.983	Debêntures	15	241.298	266.788
Intangível	13	42.353	41.632	Contingência	16	4.456	3.982
Total do ativo não circulante		1.821.641	1.887.231	Total do passivo não circulante		379.390	455.673
				Patrimônio Líquido	18		
Total do Ativo		1.952.071	2.063.139	Capital social		1.508.073	1.508.073
				Reserva legal		68.180	60.968
				Reserva de incentivos fiscais		119.979	91.573
				Dividendos adicionais propostos		74.370	61.107
				Prejuízos acumulados		(344.147)	(249.658)
				Total do patrimônio líquido		1.426.455	1.472.063
				Total do passivo		1.952.071	2.063.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		299.962	288.593
Outras Receitas		24.313	20.878
Serviços Cobráveis		1.716	1.640
Tributos			
PIS-PASEP		(5.550)	(5.289)
COFINS		(25.565)	(24.357)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.824)	(2.686)
Reserva Global de Reversão - RGR		(8.587)	(9.091)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(1.075)	(1.029)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		282.390	268.659
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	19	(15.615)	(14.631)
Materiais		(2.344)	(5.509)
Serviços de terceiros		(9.753)	(14.110)
Arrendamentos e aluguéis		(1.478)	(7.219)
Seguros		(1.490)	(765)
Doações, contribuições e Subvenções		(1.440)	(1.280)
Perdas de crédito estimada		(7.612)	(7.887)
Provisões		(474)	(3.825)
(-) Recuperação de despesas		167	1.311
Tributos		(304)	(62)
Depreciação e Amortização		(69.353)	(68.763)
Outras Receitas Operacionais		1.477	(54)
Resultado da Atividade		174.171	145.865
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras	20	(60.981)	(62.812)
Receitas Financeiras	20	19.565	18.482
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		132.755	101.535
Imposto de renda corrente	17	(350)	341
Contribuição social corrente	17	(10.350)	(9.660)
Imposto de renda diferido	17	1.974	2.913
Contribuição social diferida	17	728	1.066
Total		(7.998)	(5.340)
Lucro líquido do exercício		124.757	96.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>124.757</u>	96.195
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>124.757</u>	96.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Dividendos Adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Legal	Incentivos fiscais			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.508.073	54.933	66.690	63.009	(225.165)	1.467.540
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	96.195	96.195
Constituição de reserva legal societária	-	6.035	-	-	(6.035)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	24.883	-	(24.883)	-
Dividendos mínimos obrigatórios societário	-	-	-	(63.009)	(28.663)	(91.672)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	61.107	(61.107)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.508.073	60.968	91.573	61.107	(249.658)	1.472.063
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	124.757	124.757
Constituição de reserva legal societária	-	7.212	-	-	(7.212)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	28.406	-	(28.406)	-
Dividendos mínimos obrigatórios societário	-	-	-	(61.107)	(34.258)	(95.365)
Dividendos adicionais distribuídos societário	-	-	-	-	(75.000)	(75.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	74.370	(74.370)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.508.073	68.180	119.979	74.370	(344.147)	1.426.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IR e CSLL	132.755	101.535
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa		
Depreciação e Amortização	69.353	68.763
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos	60.408	62.270
Perda de crédito esperada	7.612	7.887
Provisão Contingência	1.216	3.825
Atualização de impostos a recuperar	(507)	(2.287)
Aumento/Redução de Ativos e Passivos	270.837	241.993
Concessionários e permissionários	(5.082)	(7.471)
Impostos a recuperar	1.394	2.198
Outros ativos circulantes	(14.157)	(7.657)
Fornecedores	150	1.385
Impostos e contribuições sociais	(93)	(50)
Impostos e contribuições sociais a recolher	(11.745)	(13.294)
Salários e encargos	186	223
Contingência a pagar	(742)	(1.395)
Outros	1.436	7.567
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	242.184	223.499
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(36.305)	(43.000)
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	205.879	180.499
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(7.498)	(20.380)
Intangível	(760)	(2.271)
Resgate em caixa e equivalente de caixa com uso restrito	8.110	1.130
Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimento	(148)	(21.521)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento BNDES	-	258
Pagamento de principal - Empréstimos e debêntures	(96.266)	(102.518)
Pagamento de Dividendos	(164.770)	(91.625)
Caixa Líquido consumido pelas atividades de financiamento	(261.036)	(193.885)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(55.305)	(34.907)
Início do Exercício	94.290	129.197
Final do Exercício	38.985	94.290
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(55.305)	(34.907)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro, no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi criada pela State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”), e pela Copel Geração e Transmissão S.A. (“COPEL GeT”), para atuar na concessão do Lote A objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 012/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

a) Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 012/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 KM de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

O Contrato de Concessão nº 012/2012 foi assinado em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042, para a construção e operação das linhas de transmissão Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica é celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) e regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$126.420, teve acréscimos oriundos de escopos adicionais aprovados mediante as resoluções autorizativas da ANEEL (REA) nº 5050/2015, 5456/2015, 7173/2018, além de ser reajustada de tempos em tempos tendo sido o último reajuste em julho de 2025 quando a RAP teve um aumento de 5,32% e chegou, incluindo os reforços, a R\$ 298.314 O montante da RAP recebido no exercício de 2024 foi de R\$ 283.246.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

a) Da concessão--Continuação

Em outubro de 2015 foram concluídas as obras do ramal que liga a subestação de Claudia até a subestação de Sinop, operada pela Eletronorte, permitindo o início do escoamento da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires, desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Claudia e até a subestação de Sinop, conforme REA 5050 de 27 de janeiro de 2015 da ANEEL.

Em 23 de janeiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 08 de dezembro de 2017, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em agosto de 2020 foram concluídas as obras do Novo Ramal Sinop (REA 7173/2018) e em 04 de setembro de 2020, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 28 de agosto de 2020.

b) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c) Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação (LO), expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), do Governo do Estado de Mato Grosso, em 29 de julho de 2016, sob número 313167/2016, emitida sem ressalvas. No dia 17 de outubro de 2025 foi emitida a renovação da LO, com validade de cinco anos, ou seja, 16 de outubro de 2030. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação e sua renovação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

Durante o ano de 2021 a MTE seguiu com o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação renovada. Em novembro de 2021 a concessionária assinou junto à SEMA o terceiro termo aditivo ao compromisso de compensação ambiental, definindo os termos de depósito do saldo da compensação. O depósito foi realizado em dezembro de 2021 em conta informada pelo órgão licenciador, tendo sido então cumprido o compromisso da concessionária.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

c) Licenciamento Ambiental--Continuação

Em 26 de maio de 2022 a SEMA/MT publicou em Diário Oficial o extrato do termo de quitação ao processo de compensação ambiental 141300/2013, em razão do cumprimento das obrigações da MTE quanto as medidas compensatórias previstas, tendo a concessionária recebido ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação por parte do órgão.

d) Emergência Linha de Transmissão

Em 25 de setembro de 2024 uma tempestade de ventos atingiu a Linha de Transmissão em 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho C1 & C2 no município de Santo Antonio do Leste/MT. O evento causou danos em oito torres da linha de transmissão, sendo que três dessas torres colapsaram completamente.

A Companhia deu início imediato ao plano de contingências, mobilizando todos os recursos necessários para restabelecimento do sistema de transmissão.

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorreu em custos de recuperação de aproximadamente R\$9.879 e não são esperados custos adicionais relevantes referentes a esta ocorrência. O valor estimado da parcela variável por indisponibilidade (PVI) é de R\$15.213.

O ONS indeferiu nosso pleito para classificação deste evento como ato fortuito ou força maior. Diante desta medida e considerando todas as evidências coletadas, a Companhia ingressou em juízo e em 14 de março de 2025 obteve decisão liminar favorável suspendendo qualquer desconto de PVI até decisão de mérito.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Setor elétrico no Brasil--Continuação

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foi autorizada pela Administração em 14 de abril de 2026.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota Explicativa nº 7.11 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como ao valor e momento de resultados tributáveis esperados. Em virtude da natureza de longo prazo, a Companhia adota premissas para estimar os valores devidos de impostos. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

Questionamentos por autoridades fiscais podem surgir em uma variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes nas jurisdições onde a Companhia atua. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na Nota Explicativa nº 17.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

7. Principais práticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

7.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

7.2. Provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

A Companhia adota a política de reconhecimento de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa com base na análise do prazo de vencimento dos títulos e no histórico de inadimplência dos clientes. São constituídas perdas esperadas no montante equivalente a 100% dos saldos vencidos há mais de 360 dias e 50% dos saldos vencidos entre 180 e 360 dias.

Adicionalmente, para clientes que apresentam histórico recorrente de atrasos e já possuem títulos provisionados, a Companhia aplica o percentual correspondente ao maior atraso identificado a todos os demais saldos vencidos do mesmo cliente, de forma a refletir adequadamente o risco de crédito associado.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7.3. Imobilizado

7.3.1. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

7.3.2. Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7.4. Intangíveis

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

7.5. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

7.6. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido societário anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no Patrimônio Líquido.

7.7. Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado, com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.8. Despesas de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado pelo método dos juros efetivos.

7.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Em setembro de 2019, por meio do Ato Declaratório Executivo nº103, a RFB, por intermédio de sua delegacia no Rio de Janeiro, reconheceu o direito à redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis (calculados com base no lucro da exploração) a favor da Matrinchã nos termos do Laudo Constitutivo nº 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Desde então o IRPF apurado, com base no lucro da exploração, é reduzido em 75% com destinação dessa parcela à reserva de capital.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

7.9.1. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes sobre Lucro Líquido societário

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial, como ativo ou passivo fiscal, pelo valor apurado com base nos registros contábeis e no reconhecimento das receitas. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados de acordo com as premissas informadas em legislação pertinente a cada imposto.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

7.9.2. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre Lucro Líquido societário

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis regulatórias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

7.10. Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento "pro rata tempore", observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL;

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.10. Encargos regulatórios --Continuação

- As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 14.120/21 e Resolução Normativa ANEEL nº 998/20.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

7.11. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros.

a) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo ou passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado do exercício.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.11. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e Bancos conta movimento	7.873	8.486
Aplicação financeira - CDB Banco Itaú	838	872
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	-	537
Aplicação financeira - CDB Banco Paraná	10.826	27.190
Aplicação financeira - CDB XP Investimentos	19.448	29.248
Aplicação financeira - Fundo BTG Pactual	-	27.957
	38.985	94.290

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2025 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 102,09% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) enquanto em 31 de dezembro de 2024 as aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 103,40% do CDI.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

9. Concessionários e permissionários

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Vencidos acima de 360 dias	12.860	6.025
Vencidos entre 181 a 360 dias	1.592	3.786
Vencidos até 180 dias	2.820	3.272
A vencer	28.737	27.845
Perda de crédito esperada	(15.499)	(7.887)
	<u>30.510</u>	<u>33.041</u>

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15 e 25 do mês subsequente e 05 do mês posterior a este.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia passou a constituir a provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa de 100% dos títulos vencidos acima de 360 dias e 50% dos títulos vencidos de 181 dias a 360 dias. A perda de crédito esperada é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo Inicial	(7.887)	-
Adições	(13.520)	(7.887)
Reversões	5.908	-
Saldo Final	<u>(15.499)</u>	<u>(7.887)</u>

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

10. Caixa Restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures, constituídas em garantia ao Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Escritura da Segunda Emissão de Debêntures da Companhia (vide notas 11 e 12). O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas nos instrumentos contratuais, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e pelos financiadores. A totalidade do saldo está aplicada em CDB ou em fundos de investimento lastreado em títulos públicos federais, conforme previsão contratual.

O contrato de cessão estabelece que em caso de ICSD inferior a 1,2, a Companhia deverá preencher a Conta de Complementação de ICSD de forma a manter o montante equivalente à diferença monetária entre o índice apurado e o valor equivalente a um ICSD mínimo de 1,2.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme se segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2024</u>
Conta pagamento Debêntures	4.197	(911)	5.108
Reserva BNDES	18.314	(1.326)	19.640
Reserva de Debêntures	25.054	(5.873)	30.927
	47.565	(8.110)	55.675

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante	4.197	5.108
Não circulante	43.368	50.567
	47.565	55.675

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

11. Estoque

Os estoques são compostos principalmente por materiais essenciais para a manutenção de subestações, como reatores, transformadores, disjuntores, entre outros. Esses itens são consumidos de acordo com a demanda de manutenção preventiva e corretiva ao longo do exercício. Além disso, o estoque também abriga estruturas metálicas das torres das linhas de transmissão. O custo dos estoques é determinado pelo método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Cabo Condutor	4.301	277	-	4.578
Estrutura metálica de torres	11.891	6.372	(697)	17.566
Relé	1.276	-	(2)	1.274
Disjuntor	5.999	269	-	6.268
Chave Seccionadora	1.281	-	-	1.281
Bucha	730	-	-	730
Capacitor	-	544	(12)	532
Reator	885	961	-	1.846
Espaçador	-	152	-	152
Transformador	-	302	-	302
Testador de GAP TRIGGER	-	441	-	441
Circuito Divisor de Tensão	-	243	-	243
Tiristores	-	233	-	233
Cadeia De Suspensão	-	215	-	215
Varetas Preformada	-	192	-	192
Defensas	-	182	-	182
Outros	2.204	1.065	(118)	3.151
	<u>28.567</u>	<u>11.448</u>	<u>(829)</u>	<u>39.186</u>

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Cabo Condutor	1.662	4.196	(1.557)	4.301
Banco de Bateria	-	572	(572)	-
Estrutura metálica de torres	10.745	1.661	(515)	11.891
Relé	1.038	238	-	1.276
Disjuntor	7.248	-	(1.249)	5.999
Chave Seccionadora	1.281	-	-	1.281
Bucha	730	-	-	730
Reator	-	885	-	885
Outros	1.896	550	(242)	2.204
	<u>24.600</u>	<u>8.102</u>	<u>(4.135)</u>	<u>28.567</u>

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado

	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições líquidas	Transferências	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Ativo Imobilizado em Serviço Transmissão									
Terrenos	841	-	-	841	-	-	-	841	841
Edificações e obras civis	42.947	-	-	42.947	-	-	(14.714)	28.233	29.860
Máquinas e equipamentos	2.230.578	1.169	16.649	2.248.396	1.169	-	(621.464)	1.626.932	1.676.059
Móveis e utensílios	393	13	-	406	13	-	(209)	197	208
Subtotal	2.274.759	1.182	16.649	2.292.590	1.182	-	(636.387)	1.656.203	1.706.968
Administração									
Edificação e Benfeitoria	4.713	103	-	4.816	103	-	(2.996)	1.820	2.189
Máquinas e equipamentos	1.474	69	-	1.543	69	-	(1.204)	339	415
Veículos	1.115	-	-	1.115	-	-	(1.082)	33	133
Móveis e utensílios	7	61	-	68	61	-	(2)	66	5
Subtotal	7.309	233	-	7.542	233	-	(5.284)	2.258	2.742
Ativo imobilizado em curso Transmissão									
Outros	88	-	-	88	-	-	-	88	88
Edificações e obras civis	39.107	803	-	39.910	803	-	-	39.910	39.107
Máquinas e equipamentos	7.308	4.293	(7.555)	4.046	4.293	(4.153)	-	4.046	7.308
A Ratear	10.656	985	(9.094)	2.547	987	(7.216)	-	2.547	10.653
Adiantamentos a Fornecedores	12.589	-	-	12.589	-	-	-	12.589	12.589
Subtotal	69.748	6.081	(16.649)	59.180	6.083	(11.369)	-	59.180	69.745
Administração									
Instalações - Subcrédito C	2.528	-	-	2.528	-	-	-	2.528	2.528
Subtotal	2.528	-	-	2.528	-	-	-	2.528	2.528
Total do Ativo Imobilizado	2.354.344	7.496	-	2.361.840	7.498	(11.369)	(641.671)	1.720.169	1.781.983

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado--Continuação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025		2024	
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão		2.292.590	(636.387)	1.656.203	1.706.968
Custo Histórico	1,10%	2.292.590	(636.387)	1.656.203	1.706.968
Administração		7.542	(5.284)	2.258	2.742
Custo Histórico	10%	7.542	(5.284)	2.258	2.742
Total em serviço		2.300.132	(641.671)	1.658.461	1.709.710
Em Curso					
Transmissão		59.180	-	59.180	69.745
Custo Histórico		59.180	-	59.180	69.745
Administração		2.528	-	2.528	2.528
Custo Histórico		2.528	-	2.528	2.528
Total em curso		61.708	-	61.708	72.273
Total imobilizado		2.361.840	(641.671)	1.720.169	1.781.983

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

13. Intangível

	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições	Baixas	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Ativo Intangível em Serviço								
Transmissão								
Servidões	32.688	-	-	32.688	-	-	32.688	32.688
Subtotal	32.688	-	-	32.688	-	-	32.688	32.688
Administração								
Software	431	-	-	431	-	(364)	67	106
Subtotal	431	-	-	431	-	(364)	67	106
Ativo intangível em curso								
Transmissão								
Software	43	-	-	43	-	-	43	43
Servidões	8.795	1.526	(766)	9.555	760	-	9.555	8.795
Subtotal	8.838	1.526	(766)	9.598	760	-	9.598	8.838
Total do Ativo Intangível	41.957	1.526	(766)	42.717	760	(364)	42.353	41.632

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

13. Intangível--Continuação

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2025		2024
		Bruto	Amortização Acumuladas	Valor Líquido
Em Serviço				
Transmissão				
Custo Histórico		42.286	-	41.526
Administração				
Custo Histórico	20%	431	(364)	106
		42.717	(364)	41.632

14. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2025
	BNDES Subcrédito A	238.939	21.984	(16.787)	(54.550)	-
BNDES Subcrédito C	1.841	138	(98)	(421)	-	1.460
Custo de transação	(347)	-	-	-	77	(270)
	240.433	22.122	(16.885)	(54.971)	77	190.776

	31/12/2023	Juros Deliberação	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2024
	BNDES Subcrédito A	290.636	-	22.822	(20.866)	(53.653)	-
BNDES Subcrédito C	1.960	258	130	(116)	(391)	-	1.841
Custo de transação	(420)	-	-	-	-	73	(347)
	292.176	258	22.952	(20.982)	(54.044)	73	240.433

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	57.140	55.530
Não circulante	133.636	184.903
	190.776	240.433

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$691.440. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- Subcrédito 'A' - R\$614.165, com juros de 1,97% a.a. acrescido da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo (i) se a TJLP for igual ou inferior a 6% a.a. incidirá sobre o saldo devedor sendo paga integralmente como juros; (ii) Quando a TJLP for superior a 6% a.a. o montante equivalente ao TJLP que exceder 6% será capitalizado junto ao principal. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029. Deste subcrédito, foi desembolsado o total de R\$614.755.
- Subcrédito 'B' - R\$73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito é destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários para a implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023. Deste subcrédito, foi desembolsado o total de R\$58.133.
- Subcrédito 'C' - R\$3.440, ajustada com Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo (i) se a TJLP for igual ou inferior a 6% a.a. incidirá sobre o saldo devedor sendo paga integralmente como juros; (ii) Quando a TJLP for superior a 6% a.a. o montante equivalente ao TJLP que exceder 6% será capitalizado junto ao principal. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2021 e a última em 15 de janeiro de 2035. Deste subcrédito, foi desembolsado o total de R\$2.558.

Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2026	2027	2028	2029 até o final do contrato	Total
BNDES Subcrédito A	56.782	56.136	56.136	20.529	189.583
BNDES Subcrédito C	437	434	434	158	1.463
Total	57.219	56.570	56.570	20.687	191.046

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,20 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 30%. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é requerida anualmente, na data base do exercício.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Adicionalmente, o contrato de financiamento estabelece *covenants não* financeiros e obrigações a serem observados pela Companhia. As principais obrigações foram integralmente cumpridas, e, encontram-se transcritas abaixo:

- (a) Não constituir, sem autorização prévia do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos do Contrato de Cessão fiduciária.
- (b) Vincular, em favor de outro credor os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES.
- (c) Sem prévia autorização do BNDES, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.
- (d) Não firmar contrato de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a Beneficiária e/ou seus acionistas, inclusive AFAC, ressalvados os AFACs durante o período de implantação do Projeto, bem como não efetuar redução de seu capital social até a liquidação final das obrigações do contrato, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- (e) Manter, durante o período de amortização do contrato, recursos na “Conta reserva”, com valores equivalentes a três vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais despesas pagas.
- (f) Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas restritivas (Covenants)--Continuação

- (g) Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).
- (h) Apurar anualmente o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), calculado conforme metodologia constante no contrato.

Em 31 de dezembro de 2025, não houve incidência de nenhum evento que requeresse comunicação ao BNDES.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Instituição / Linha Credora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo			
															2026	2027	2028+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional																		
							Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, penhor de ações, Cessão fiduciária de conta vinculada eaval/fiança bancária.	Juros e TJLP	1,97% + TJLP	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/05/2029	Mensal	56.782	56.136	76.665	189.583
BNDES - Subcrédito A	645	56.136	132.802	189.583	Sim	27/12/2013												
							Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, penhor de ações, Cessão fiduciária de conta vinculada eaval/fiança bancária.	TJLP	TJLP	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/01/2035	Mensal	437	434	592	1.463
BNDES - Subcrédito C	4	434	1.025	1.463	Sim	27/12/2013									57.219	56.570	77.257	191.046
Total por Dívida	649	56.570	133.827	191.046											57.219	56.570	77.257	191.046
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-											-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	649	56.570	133.827	191.046											57.219	56.570	77.257	191.046

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

LIN	Instituição / Linha Devedora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Cronograma de Amortização				
									2026	2027	2028	2029+	Total
9	Ativos Financeiros	-	43.182	43.368	86.550	-	-	-	86.550	-	-	-	86.550
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	-	43.182	43.368	86.550	-	-	-	86.550	-	-	-	86.550
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	7.873	-	7.873	Sim	CDI	100%	7.873	-	-	-	7.873
9.1.2	Aplicação Financeira CDB	-	31.112	-	31.112	Sim	CDI	100%	31.112	-	-	-	31.112
9.1.5	Aplicação Financeira Títulos Públicos	-	4.197	43.368	47.565	Sim	CDI	100%	47.565	-	-	-	47.565
Resumo			Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP		Total 2025		Total 2024				
Dívida Bruta													
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira			-	-	-		-		-				
Financ. / Emprést. Moeda Nacional			649	56.570	133.827		191.046		240.780				
Debêntures			750	40.616	251.110		292.476		320.118				
Ativos Financeiros													
Alta Liquidez			-	(38.985)	-		(38.985)		(94.289)				
Dívida Líquida			1.399	58.201	384.937		(444.537)		(466.609)				

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Debêntures

Além do contrato de financiamento com BNDES, em 15 de junho de 2016 e 08 de junho 2021, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição pública com esforços restritos, conforme ICVM 476. As emissões ocorreram nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431/11);
- Código do ativo registrado na CETIP: TPNO12;
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- Data de distribuição: 15/05/2016;
- Pagamento: semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019;
- Data de vencimento: 15/06/2029;
- Quantidades de debêntures emitidas: 180.000;
- Tipo de Remuneração: IPCA;
- Taxa de Juros/Spread: 7,58% a.a.;
- Garantias compartilhadas com o BNDES;
- Oferta: 3ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431/11);
- Código do ativo registrado na CETIP: TPNO13;
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- Data de distribuição: 08/06/2021;
- Pagamento: semestral, sendo a 1ª amortização em 15/12/2021;
- Data de vencimento: 15/12/2038;
- Quantidades de debêntures emitidas: 135.000;
- Tipo de Remuneração: IPCA;
- Taxa de Juros/Spread: 4,9335% a.a.;
- Sem Garantias. Quando ocorrer a exoneração das Garantias Reais pelo BNDES e pelos debenturistas da 2ª emissão, a Companhia deverá constituir a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Alienação Fiduciária de Ações em favor dos debenturistas, ou, a seu critério, notificar o Agente Fiduciário para que a taxa de juros seja incrementada em 0,3%.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Debêntures--Continuação

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	31/12/2024	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2025
Debêntures	320.118	33.073	(19.420)	(41.295)	-	292.476
Custo de transação	(16.385)	-	-	-	5.101	(11.284)
	303.733	33.073	(19.420)	(41.295)	5.101	281.192

	31/12/2023	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2024
Debêntures	352.328	38.282	(22.018)	(48.474)	-	320.118
Custo de transação	(17.348)	-	-	-	963	(16.385)
	334.980	38.282	(22.018)	(48.474)	963	303.733

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	39.894	36.945
Não circulante	241.298	266.788
	281.192	303.733

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de vencimento das debêntures está detalhado a seguir:

	2026	2027	2028	2029 até o final do contrato	Total
Debêntures	41.366	41.489	30.762	178.859	292.476
	41.366	41.489	30.762	178.859	292.476

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,20 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 30% durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2025 todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia. A mensuração do cálculo é requerida anualmente, na data base do exercício.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Debêntures--Continuação

Adicionalmente, o contrato de financiamento estabelece *covenants* não financeiros e obrigações a serem observados pela Companhia. As principais obrigações foram integralmente cumpridas, e, encontram-se transcritas abaixo:

- (a) Deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM.
- (b) Redução do capital social da emissora, independentemente da distribuição de recursos às suas acionistas diretas e indiretas, ou cancelamento de adiantamento para futuro aumento de capital realizados por acionistas da emissora, sem prévia autorização do debenturista.
- (c) Não constituir, sem autorização prévia do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos do Contrato de Cessão fiduciária.
- (d) Vincular, em favor de outro credor, os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES.
- (e) Sem prévia autorização do BNDES, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.
- (f) Manter, durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Capital Próprio, definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 30%, expurgando para este cálculo os efeitos decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01.
- (g) Manter, durante o período de amortização do contrato, recursos na “Conta reserva”, com valores equivalentes ao valor da próxima prestação semestral vincenda do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais despesas pagas.
- (h) Apurar, anualmente, o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), calculado conforme metodologia constante no contrato.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Debêntures--Continuação

INSTITUIÇÃO / Linha Credora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente ?	Data Captação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Serviço da dívida	Frequência Serviço da dívida	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo			
															2026	2027	2028+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional DEBÊNTURES II	400	37.131	88.207	125.738	SIM	15/05/2016	Compartilhada com BNDES	IPCA	7,58%	15/06/2026	SEMESTRAL	15/06/2026	15/06/2029	SEMESTRAL	37.531	37.134	51.074	125.739
DEBÊNTURES III	350	3.485	162.903	166.738	SIM	08/06/2021	Compartilhada com BNDES	IPCA	4,93%	15/06/2026	SEMESTRAL	15/06/2026	15/12/2038	SEMESTRAL	3.835	4.355	158.547	166.737
Total por Dívida	750	40.616	251.110	292.476	-	-									41.366	41.489	209.621	292.476
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-											-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	750	40.616	251.110	292.476											41.366	41.489	209.621	292.476

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

16. Provisão para contingências e passivo contingente

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas, em especial, a: (i) Causas Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (ii) Cíveis, que são referentes as Servidões Administrativas e Ação Indenizatória, que ocorre quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (espólios com inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no uso do capital de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão. (iii) Tributárias, que se referem às fiscalizações e/ou cobranças municipais que estão sendo discutidas em vias judiciais, considerando seu mérito.

As contingências provisionadas estão classificadas conforme a seguir:

	Provisões Trabalhistas	Provisões Tributárias	Provisões Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	221	-	1.331	1.552
Adições	23	3.100	702	3.825
Pagamentos ou reversões	(64)	-	(1.331)	(1.395)
Saldo em 31 de dezembro 2024	180	3.100	702	3.982
Adições	16	435	765	1.216
Pagamentos ou reversões	(82)	-	(660)	(742)
Saldo em 31 de dezembro 2025	114	3.535	807	4.456

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	1.682	1.517
Tributário (b)	62.408	65.653
Civil (a)	113.639	63.278
	177.729	130.448

(a) A variação decorre, basicamente, das causas relacionadas à execução da cobrança da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI). No segundo trimestre, houve a inclusão de um novo processo de PVI no valor de R\$16.305, referente à indisponibilidade da LT 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho C1 e C2 ocorrida em 2024. Em dezembro de 2025, foram atualizados os processos referentes ao período de 2021 a 2023, totalizando R\$ 8.691. Além disso, foi incluído um processo relativo à servidão de passagem, no montante atualizado de R\$13.272, referente à constituição de servidão administrativa destinada à instalação de linha de transmissão de energia elétrica e o processo relativo à anulação de sentença arbitral contra a Lotufo e SME no total R\$10.129.

(b) Trata-se de execução fiscal visando a cobrança de débitos de ICMS-Difal e ISS, relacionados a supostos fatos geradores ocorridos no período entre 2013 e 2018. No primeiro trimestre de 2025, os advogados encarregados pelo processo relacionado execução fiscal, cobrança de crédito tributário de ISS de 2018 efetuaram a revisão do prognóstico de perda deste processo, mudando a sua classificação de possível para remoto, no montante atualizado de R\$8.331, conforme decisão que julgou improcedente o recurso que resultou na determinação judicial de cancelamento do crédito de ISS. Com base nessa análise, a Companhia atualizou a sua divulgação.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

16. Provisão para contingências e passivo contingente--Continuação

Adicionalmente ao exposto acima, cabe ressaltar que a Companhia é parte em processo arbitral movido por ela juntamente com sua parte relacionada, pleiteando aplicação de multa por descumprimento de cláusulas contratuais. Até agosto de 2024, não havia um prognóstico de perda claro neste processo em função de etapas processuais que ainda seriam realizadas, como audiência com a participação do perito nomeado pelos árbitros e assistentes técnicos nomeados pelas partes, quando então, as partes firmaram um acordo terminativo e preventivo de litígios por meio da qual decidiram dar fim à arbitragem e às ações judiciais relacionadas sem desembolso de valores entre as partes.

Como resultado desse acordo, em 16 de setembro de 2024 foi estabelecido o recebimento de R\$12 milhões, que foram integralmente reconhecidos na parte relacionada, uma vez que a Companhia não possuía saldos provisionais nem adiantamentos em aberto atrelados à contraparte.

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados respectivamente com base no Lucro Real/Prejuízo Fiscal e Base Negativa. A Companhia usufrui de benefício fiscal concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) para a redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração (vide Nota 5.12). Foram apurados considerando a avaliação feita pela Administração com base nos fluxos de caixa futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos fiscais acumulados. Em 2025 a empresa destinou R\$1.440 MM referente aos incentivos da Lei Rouanet (4%), Lei do Esporte (2%), Fundo para a Infância e Adolescência (1%) e Fundo do Idoso (1%).

O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

Ativo Diferido			
Descrição	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2024	11.259	1.790	13.049
Adições 2025	1.974	728	2.702
Saldo em 31/12/2025	13.233	2.518	15.751

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

Imposto a recuperar			
Descrição	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2024	3.313	1.623	4.936
Pagamento por estimativa	331	11.414	11.745
Compensação pagamento por estimativa	(331)	(11.414)	(11.745)
IR retido sobre aplicação financeira	1.864	-	1.864
IR retido sobre faturamento	11	-	11
Saldo negativo 2024	(3.313)	(1.623)	(4.936)
Transferência Saldo Negativo	803	-	803
Outros	314	1.058	1.372
Saldo em 31/12/2025	2.992	1.058	4.050

Passivo Corrente			
Descrição	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2024	1.280	1.006	2.286
Pagamentos 2024	-	(1.006)	(1.006)
Incentivo Cultural Lei 8313 - 2024	(1.280)	-	(1.280)
Adições 2025	31.832	11.468	43.300
Compensação IR retido sobre aplicação financeira	(2.196)	-	(2.196)
Compensação imposto retido sobre faturamento	(156)	(44)	(200)
Compensação Prejuízos Fiscais / Base Negativa	(331)	(10.448)	(10.779)
Compensação pagamento por estimativa	(28.512)	-	(28.512)
Benefício fiscal - SUDAM	(1.440)	-	(1.440)
Incentivo Cultural - Lei 8313	803	-	803
Saldo em 31/12/2025	-	976	976

Resultado			
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	
Incentivo SUDAM	28.406	24.883	
Imposto de renda corrente	2.720	-	
Imposto de renda diferido	(31.476)	(24.542)	
	1.974	2.913	
Contribuição social corrente	(10.350)	(9.660)	
Contribuição social diferida	728	1.066	
	(9.622)	(8.594)	
	(7.998)	(5.340)	

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, o capital social da Companhia é de R\$1.508.073, dividido em 1.508.073 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>%</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	769.117	769.117	51%
Copel Geração e Transmissão S.A.	738.956	738.956	49%
	1.508.073	1.508.073	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia reconheceu Reserva de Capital para a contabilização de incentivos fiscais pelo direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao empreendimento situado na área de atuação da SUDAM, de titularidade da Companhia.

O benefício, aprovado em setembro de 2019, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 103 da RFB, por intermédio de sua delegacia no Rio de Janeiro, nos termos do Laudo Constitutivo nº 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), tem prazo de vigência de 10 anos, sendo seu período de fruição a partir de 2018 com término em 2027.

d) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76.

Em 30 de maio de 2025, a Companhia pagou o valor de R\$89.770, referente à distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios e adicionais dos exercícios anteriores.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos--Continuação

Em 10 de dezembro de 2025, a Companhia distribuiu lucros retidos de 2024 no total de R\$75.000, eles foram pagos no dia 22 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou o valor de R\$108.628, onde R\$34.258 para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, e R\$74.370 para distribuição de dividendo adicional proposto pela Administração da Companhia, sendo R\$ 0,0720 para cada ação do capital social.

19. Despesas com pessoal

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Pessoal	(14.383)	(13.308)
Remuneração	(6.627)	(6.055)
Encargos sobre a folha de pagamento	(2.821)	(2.636)
13o salário	(487)	(779)
Férias	(666)	(513)
Gratificação	(834)	(703)
Benefícios a empregados	(2.948)	(2.622)
Administradores	(1.232)	(1.323)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(1.232)	(1.323)
Total	(15.615)	(14.631)

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

20. Receitas (despesas) financeiras

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	19.984	16.690
Variações monetárias ativas	-	135
Outras receitas financeiras	535	2.547
Tributos sobre receitas financeiras		
PIS	(133)	(124)
COFINS	(821)	(766)
Total de receitas financeiras	19.565	18.482
Despesas financeiras		
Juros e multas	(43)	(48)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(60.559)	(62.405)
Outras despesas financeiras	(379)	(359)
Total de despesas financeiras	(60.981)	(62.812)
Total das receitas e despesas financeiras	(41.416)	(44.330)

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

21. Conciliação

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balço patrimonial

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	38.985	-	38.985	94.290	-	94.290
Concessionários e permissionários	30.510	-	30.510	33.041	-	33.041
Serviços em Curso	2.445	-	2.445	1.160	-	1.160
Impostos a recuperar	4.050	-	4.050	4.936	-	4.936
Contas a receber ativo de contrato	-	245.840	245.840	-	238.461	238.461
Almoxarifado operacional	39.186	-	39.186	28.567	-	28.567
Despesas antecipadas	1.852	-	1.852	824	-	824
Caixa e equivalente de caixa com uso restrito	4.197	-	4.197	5.108	-	5.108
Outros ativos circulantes	9.206	-	9.206	7.982	-	7.982
Total do ativo circulante	130.431	245.840	376.271	175.908	238.461	414.369
NÃO CIRCULANTE						
Contas a receber ativo de contrato	-	2.849.882	2.849.882	-	2.881.883	2.881.883
Caixa e equivalente de caixa com uso restrito	43.368	-	43.368	50.567	-	50.567
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	15.750	(15.750)	-	13.049	(13.049)	-
Ativo imobilizado	1.720.169	(1.715.399)	4.770	1.781.983	(1.776.625)	5.358
Intangível	42.353	(42.285)	68	41.632	(41.526)	106
Total do ativo não circulante	1.821.640	1.076.448	2.898.088	1.887.231	1.050.683	2.937.914
TOTAL DO ATIVO	1.952.071	1.322.288	3.274.359	2.063.139	1.289.144	3.352.283

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

21. Conciliação--Continuação

Balanço patrimonial--Continuação

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>						
CIRCULANTE						
Fornecedores	3.671	-	3.671	1.170	-	1.170
Empréstimos e financiamentos	57.140	-	57.140	55.530	-	55.530
Debêntures	39.894	-	39.894	36.945	-	36.945
Salários e encargos	1.792	-	1.792	1.606	-	1.606
Impostos e contribuições sociais	4.009	-	4.009	5.412	-	5.412
Dividendos a pagar	34.258	-	34.258	28.663	-	28.663
Passivos financeiros setoriais	4.593	-	4.593	3.727	-	3.727
Outros passivos	869	-	869	2.350	-	2.350
Total do passivo circulante	146.226	-	146.226	135.403	-	135.403
NÃO CIRCULANTE						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos	133.636	-	133.636	184.903	-	184.903
Debêntures	241.298	-	241.298	266.788	-	266.788
Imposto diferidos	-	453.238	453.238	-	439.583	439.583
Contingência	4.456	-	4.456	3.982	-	3.982
Total do passivo não circulante	379.390	453.238	832.628	455.673	439.583	895.256
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	1.508.073	-	1.508.073	1.508.073	-	1.508.073
Reserva legal	68.180	-	68.180	60.968	-	60.968
Reserva de incentivos fiscais	119.979	-	119.979	91.573	-	91.573
Reserva de lucros retidos	-	524.903	524.903	-	599.903	599.903
Dividendos adicional proposto	74.370	-	74.370	61.107	-	61.107
Prejuízos acumulados	(344.147)	344.147	-	(249.658)	249.658	-
Total do Patrimônio líquido	1.426.455	869.050	2.295.505	1.472.063	849.561	2.321.624
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.952.071	1.322.288	3.274.359	2.063.139	1.289.144	3.352.283

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

21. Conciliação--Continuação

Demonstração do resultado

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	299.962	(24.623)	275.339	288.593	(15.266)	273.327
Receita de construção	-	-	-	-	17.953	17.953
Custo de construção	-	(8.131)	(8.131)	-	(25.020)	(25.020)
Outras Receitas	26.029	-	26.029	22.518	-	22.518
Tributos						
PIS-PASEP	(5.550)	-	(5.550)	(5.289)	-	(5.289)
COFINS	(25.565)	-	(25.565)	(24.357)	-	(24.357)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.824)	-	(2.824)	(2.686)	-	(2.686)
Reserva Global de Reversão - RGR	(8.587)	-	(8.587)	(9.091)	-	(9.091)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(1.075)	-	(1.075)	(1.029)	-	(1.029)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	282.390	(32.754)	249.636	268.659	(22.333)	246.326
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(15.615)	-	(15.615)	(14.631)	-	(14.631)
Materiais	(2.344)	-	(2.344)	(5.509)	-	(5.509)
Serviços de terceiros	(9.753)	-	(9.753)	(21.116)	(122)	(21.238)
Arrendamentos e alugueis	(1.478)	-	(1.478)	(213)	-	(213)
Seguros	(1.490)	-	(1.490)	(765)	-	(765)
Doações, contribuições e Subvenções	(1.440)	-	(1.440)	(1.280)	-	(1.280)
Perdas de crédito estimada	(7.612)	-	(7.612)	(7.887)	-	(7.887)
Provisões	(474)	-	(474)	(3.825)	-	(3.825)
(-) Recuperação de despesas	1.697	-	1.697	1.311	-	1.311
Tributos	(304)	-	(304)	(62)	-	(62)
Depreciação e Amortização	(69.353)	68.600	(753)	(68.763)	67.830	(933)
Gastos Diversos	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	(53)	-	(53)	(54)	-	(54)
Resultado da Atividade	174.171	35.846	210.017	145.865	45.375	191.240
Resultado Financeiro						
Receitas Financeiras	19.565	-	19.565	18.482	-	18.482
Despesas Financeiras	(60.981)	-	(60.981)	(62.812)	-	(62.812)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro						
Imposto de renda diferido	1.974	(11.994)	(10.020)	2.913	(15.355)	(12.442)
Contribuição social diferido	728	(4.363)	(3.635)	1.066	(5.527)	(4.461)
Imposto de renda corrente	(350)	-	(350)	341	-	341
Contribuição social corrente	(10.350)	-	(10.350)	(9.660)	-	(9.660)
Total	(7.998)	(16.357)	(24.355)	(5.340)	(20.882)	(26.222)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	124.757	19.489	144.246	96.195	24.493	120.688

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

21. Conciliação--Continuação

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

21.1. Ativo de contrato

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

21.2. Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

21.3. Receita e custo de construção

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas/custos de construção decorrentes da aplicação do CPC 47.

21.4. Remuneração do ativo de contrato (resultado)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à remuneração do ativo de contrato decorrentes da aplicação do CPC 47.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

21. Conciliação--Continuação

21.5. Impostos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 18, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

21.6. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Patrimônio líquido societário	2.295.505	2.321.624
Ativo Financeiro	(3.095.722)	(3.120.344)
Impostos diferidos ativos	15.750	13.049
Imobilizado	1.715.399	1.776.625
Intangível	42.285	41.526
Impostos diferidos passivo	453.238	439.583
Patrimônio líquido regulatório	1.426.455	<u>1.472.063</u>

21.7. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	144.246	120.688
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Receita de operação com transmissão de energia	324.275	309.471
(-) Receita de Operação e Manutenção	(85.814)	(80.439)
Margem de construção	8.131	7.067
Atualização do ativo financeiro da concessão (CPC 47)	(213.838)	(213.764)
Depreciação e amortização regulatória	(68.600)	(67.830)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	16.357	20.882
Gastos operacionais	-	120
Lucro líquido regulatório	124.757	<u>96.195</u>

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

22. Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas.

a) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

As operações que sujeitam a Companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:

Ativos financeiros	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	38.985	94.290
Contas a receber	30.510	33.041
Caixa restrito	47.565	55.675
	117.060	183.006

- Caixa e equivalentes de caixa: representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB.
- Contas a receber: a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a Administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CCG.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

22. Gestão de riscos--Continuação

a) Riscos de crédito--Continuação

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB.
- Caixa restrito: representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.

b) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de *commodities* e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos.

Risco de taxa de juros: refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia é:

Instrumentos financeiros por indexador		
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)	31/12/2025	31/12/2024
CDB-DI	11.664	28.599
FUNDO DE INVESTIMENTO BANCOS REFERENCIADOS DI	19.448	57.205

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

22. Gestão de riscos--Continuação

b) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do período deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado.

Para aplicações financeiras, a política de investimentos da Companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos

Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da Companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador das Emissões das Debêntures.

As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses não trazem alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da Companhia no próximo período.

As variações do IPCA são capturadas no reajuste anual da RAP, rebalanceando o fluxo de caixa da Companhia e por isso, eventual aumento na despesa financeira seria acompanhado em aumento da Receita de Serviços, ainda que em momentos diferentes.

- Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

22. Gestão de riscos--Continuação

c) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas Linhas de Transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmissão.
- Riscos regulatórios - a Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP.

O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- Risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

22. Gestão de riscos--Continuação

22.1. Categorias de instrumentos financeiros

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Categoria</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Ativos mensurados pelo custo amortizado

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Categoria</u>
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa e equivalentes de caixa - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários.
- Caixa restrito - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures.
- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- Debêntures - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

22. Gestão de riscos--Continuação

22.1. Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

Hierarquia do valor justo--Continuação

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Na data de fechamento deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Limite máximo de indenização	Apólice
	Início	Fim		
Riscos Operacionais	12/09/2025	12/09/2026	R\$60.000	046692025100101180002935
Responsabilidade Civil	12/04/2025	12/04/2026	R\$10.000	5100000049522

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

24. Transações com partes relacionadas

a) Remuneração de Administradores

Até 31 de dezembro de 2025 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$1.078 (R\$ 1.032 em 31 de dezembro de 2024).

b) Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Copel Geração e Transmissão S.A.	Contas a receber	Receita Anual Permitida	348	357
COPEL Distribuição S.A.	Contas a receber	Receita Anual Permitida	1.098	1.039
		Total	1.446	1.396
Passivo				
Itumbiara Transmissora de Energia	Fornecedores	Custo de O&M	-	96
		Total	-	96
Dividendos a pagar				
Copel Geração e Transmissão S.A.	Dividendos	Dividendos	16.786	14.045
State Grid Brazil Holding	Dividendos	Dividendos	17.472	14.618
		Total	34.258	28.663
Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2025	31/12/2024
Resultado (Receitas)				
Copel Geração e Transmissão S.A.	Receita Operacional	Receita Anual Permitida	4.228	4.423
COPEL Distribuição S.A.	Receita Operacional	Receita Anual Permitida	13.214	13.138
		Total	17.442	17.561
Resultado (Despesas)				
State Grid Brasil Holding - Aluguel Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custos administrativos	Aluguel	221	189
Silvania Transmissora de Energia S.A.	Custo Operacional	Custo O&M	1.075	1.378
	Custo Operacional	Custo O&M	360	-
		Total	1.656	1.567